

**ESTRATIFICAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL
NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS**

Paloma de Lavor Lopes¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as evidências relativas à forte expansão do sistema educacional brasileiro nas últimas décadas. Visa-se, também, a realizar um breve histórico das referências teóricas sobre a estratificação educacional. Buscaremos observar se o padrão de efeito das variáveis individuais e de origem socioeconômica é declinante ao longo das transições educacionais. Para isto, utilizaremos uma variação do modelo clássico de transições escolares, um modelo de regressão logística, pois, com sua utilização é viável estudar os determinantes da escolaridade do indivíduo mensurando-os através de um conjunto de probabilidades condicionais de progressão escolar. Neste trabalho, utilizaremos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, como nosso foco é o alcance educacional no Brasil, selecionaremos apenas indivíduos com idade no intervalo entre 06 e 19 anos no momento da coleta dos dados.

Palavras-chave: Estratificação Educacional; Mobilidade; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

The present research have the objective to analyse the relative evidences to strong expansion of brazilian educational system at the last decades. The aim, too, to conduct a brief historic of theoretic references about educational stratification. We will observe if the default of effect of individuals variables and of socio-economic origin is decreasing along of educational transitions. For this, we will use one variation of classic model of educational transitions, one model of logistic regression, therefore, with their utilization is viable to study the determinants of schooling of someone, quoting them through a set of conditional probabilities of school progress. In this work, we will use the National Research for Sample of Households, how our focus is the educational reach in Brazil, we will select only individual with age between 06 and 19 years old at the time of data collection.

Keywords: Educational Stratification, Mobility, National Sample of Households.

¹ Mestre em Economia, doutoranda em Economia

INTRODUÇÃO

O termo “estratificação educacional” diz respeito à relação entre as características de origem socioeconômica dos discentes ao entrarem no sistema escolar e as características observadas no momento de sua saída.

Nos estudos sobre estratificação educacional há teorias que enfatizam a capacidade da educação servir como um trampolim para pessoas com origens em classes baixas conseguirem ascender socialmente na medida em que a escolarização é a principal forma de investimento no capital humano.

O capital humano possui resultados diretos sobre a criação de tecnologia no sentido de que pessoas mais capacitadas realizam mais trabalho ou trabalho de melhor qualidade, em um mesmo período de tempo, elevando a produtividade do trabalho.

Segundo Becker (1962), investir em capital humano se traduz no esforço do agente econômico em aumentar sua escolaridade, seu treinamento ou, de maneira mais simples, em elevar sua capacidade produtiva. O estímulo para tal elevação de sua produtividade é a expectativa de que sua renda futura, com maior qualificação, seja maior do que a de um indivíduo que não investiu em qualificação.

Segundo Fernandes (2004), “o papel da educação como equalizador de oportunidades sociais tem sido questionado por aqueles que acreditam que ao invés de ter um papel equalizador, a expansão da educação tem servido para perpetuar e mesmo para promover a desigualdade social”. A autora complementa:

“Para estes a educação é vista como um instrumento de dominação social (BOWLES e GINTES, 1976; EDWARDS, 1979) Educação também pode ser entendida como o caminho pelo qual o capital cultural é transmitido e age como um veículo poderoso de reprodução social” (apud. BOURDIEU, 1977; COLLINS, 1979).

Estudos empíricos procuram combinar as duas perspectivas para entender o sistema educacional. Entre os principais fatores causais da estratificação social estão: nível educacional da mãe, nível educacional do pai, status ocupacional do pai, renda, raça e gênero.

Há uma expansão do sistema educacional, “mas a tarefa de aumentar o acesso educacional está longe de ter sido concluída” (MENEZES FILHO, 2009, p. 202). De fato, no Brasil, como

em outras sociedades, o acesso aos níveis educacionais mais baixos está fortemente associado com as origens socioeconômicas, mas os níveis educacionais mais altos não estão associados com origens socioeconômicas e sim com fatores relativos à motivação e/ou habilidade.

São necessárias políticas públicas que promovam igualdade no acesso a oportunidades educacionais, isto é, voltadas para a redução da desigualdade educacional, caso contrário, o crescimento socioeconômico no país poderá ser fortemente prejudicado.

Nesta pesquisa pretendemos investigar as causas da desigualdade educacional no Brasil na última década.

DESENVOLVIMENTO

O sistema educacional brasileiro tem se expandido nas últimas décadas, porém, nos últimos anos a velocidade com a qual o mesmo estava crescendo tem se reduzido.

Os dados do Censo da Educação Básica, realizado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) em 2008, mostram estabilidade na matrícula da Educação Básica. Em relação ao ano de 2007, a matrícula total aumentou em 203.940 alunos (cerca de 0,4% a mais).

No mesmo Censo identificou-se uma ampliação de 11% da oferta de vagas nas creches (mais 172.155 matrículas), estabilidade na oferta de Ensino Fundamental e de Ensino Médio e um crescimento de quase 15% na oferta de educação profissional, com a criação de 101.849 novas vagas.

Segundo o INEP, a estabilidade de matrículas nessa etapa da Educação Básica está associada, de uma parte, a fatores demográficos (taxas de fecundidade), que vêm diminuindo o tamanho das coortes de idade no Brasil, e de outra, aos ajustes ocorridos ao longo dos anos no fluxo de alunos que cursam o ensino fundamental (taxas de repetências e evasão), bem como na diminuição do ingresso tardio e na permanência de alunos fora da faixa de idade considerada correta (6 a 14 anos).

Em relação à Educação Superior, os dados mais recentes são referentes ao Censo da Educação Superior de 2007, que apontam para uma queda no ritmo de criação de novas instituições.

Segundo a categoria administrativa, observa-se o aumento de 1,7% instituições municipais, 1% instituições federais, e 0,5% instituições privadas.

Quanto ao número de matrículas, observa-se a presença de 1.240.968 estudantes na rede pública e 3.639.413 estudantes nas Instituições de Ensino Superior privadas. Houve uma evolução de 4,4% no número de matrículas nas instituições federais comparativamente ao ano anterior – a maior desde 2003. O Censo 2007 registrou aumento no número total de vagas ofertadas: 2.823.942, sendo estas 194.344 vagas a mais que no ano anterior.

A PNAD 2008 constatou que a taxa de escolarização cresceu de 97% em 2007 para 97,5% em 2008 entre alunos de 6 a 14 anos, e de 82,1% para 84,1% na faixa de 15 a 17, repetindo uma tendência de avanço da escolaridade entre os mais jovens.

Segundo esta pesquisa, em números absolutos, caiu a quantidade de estudantes na faixa mais jovem, de 30.227 milhões para 29,7 milhões porém, isso é explicado envelhecimento da população.

Também houve aumento na taxa de escolarização das crianças de 4 e 5 anos, de 70,1% em 2007 para 72,8% em 2008. Nas demais faixas etárias, houve queda: de 30,9% (7,3 milhões) para 30,5% (7,082 milhões) de 18 a 24 anos, e de 5,5% para 5,3% (5,83 milhões para 5,771 milhões) para 25 anos ou mais. Em resposta aos recuos nestas faixas, os técnicos do IBGE, afirmam que os brasileiros estariam passando a frequentar a escola nas faixas etárias "corretas", com a redução na defasagem idade-série.

Existem aqueles que duvidam da relação causal entre desenvolvimento econômico e a equalização de oportunidades educacionais. A linha de pesquisa chamada de “paradigma funcionalista” reforça que a “escolaridade ensina o tipo de normas e habilidades cognitivas que são essenciais para desempenho dos papéis sociais de adultos” (DEBREEN, 1968, apud FERNANDES, 2004).

Um trabalho clássico para analisar a determinação da escolaridade foi introduzido por Mare (1980; 1981) ao introduzir termos de uma seqüência de transições entre os patamares de escolaridade. Utilizando um conjunto de regressões logísticas o autor estima “os efeitos das variáveis exógenas nas probabilidades de realizar uma determinada transição. Apenas os indivíduos que realizaram uma transição anterior (por exemplo, completar o primeiro grau) será parte da amostra utilizada para calcular as probabilidades de realizar a próxima transição

(por exemplo, entrar no segundo grau)” (FERNANDES, 2004, p.12).

Mare (1980) achou para os Estados Unidos “um padrão estável onde se percebe um efeito decrescente das origens socioeconômicas no alcance educacional da transição mais baixa para a transição mais alta dentro da mesma coorte. Entretanto, encontrou um padrão relativamente constante comparando-se as coortes dentro de cada transição, significando que as barreiras sociais são mais fortes nos primeiros degraus da vida educacional e mais fracas nos níveis mais altos”. (FERNANDES, 2004, p.13).

Assim, nesta pesquisa se buscará dar resposta a um conjunto de questões que podem levar a uma melhor compreensão dos fatores e processos associados à permanência das desigualdades de resultados educacionais.

RESULTADOS PARCIAIS

Nessa pesquisa já definimos que utilizaremos o método de investigação de Valle Silva (2003), pois o nosso objetivo é relacionar as chances de progressão escolar com os recursos familiares disponíveis aos jovens e, por isso, faz-se necessária uma restrição superior de idade.

A educação básica no Brasil compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, e tem duração ideal de dezoito anos. É durante este período de vida escolar que se toma posse dos conhecimentos mínimos necessários para uma cidadania completa.

Como em Valle Silva (2003), nossa análise utilizará variáveis espaciais, características individuais, capital cultural, capital econômico e capital social. Nas subseções a seguir descrevemos os dados que serão utilizados, a metodologia adotada e as variáveis utilizadas.

Nossa análise estará baseada no Modelo de Regressão Logística, pois este, diferentemente do Modelo de Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (RMQO), podemos estudar os determinantes da escolaridade do indivíduo mensurando-os através de um conjunto de probabilidades condicionais de progressão escolar. (VALLE SILVA, 2003).

Como em Valle Silva (2003), as equações do modelo seguem a seguinte forma:

$$\ln\left(\frac{\pi_{ij}}{1-\pi_{ij}}\right) = \alpha + \sum_{k=1}^{13} \beta_{jk} X_{ijk}$$

Onde:

p = probabilidade de que o i -indivíduo complete a j -ésima transição escolar

α = constante

β_{jk} = coeficientes de regressão das variáveis independentes

X_{ijk} = valor da k -ésima variável independente para cada indivíduo.

Como em Fernandes (2004), trabalharemos com cinco possíveis transições escolares:

- Transição I: De zero a um ano completo, estimando acesso para instrução formal.
- Transição II: De um a quatro anos completos, estimando as chances de terminar o Fundamental 1.
- Transição III: De quatro a oito completos, estimando as chances de se terminar o Fundamental 2.
- Transição IV: De oito a onze completos, estimando as chances de terminar o Nível Médio.
- Transição V: De onze a qualquer ano completo acima deste, estimando as chances de adquirir qualquer educação Pós-Médio.

Como em Valle Silva (2003) adotaremos como critério de significância coeficientes t de Student maiores que 3,0 e utilizaremos em nossas estimativas os pesos de expansão inerentes à própria PNAD.

Utilizaremos as mesmas variáveis de análise de Valle Silva (2003) com alguns ajustes. São elas:

VARIÁVEIS LOCACIONAIS/ESPACIAIS

X1 e X2 – Área

Estas tentam capturar os diferenciais urbano/rural no desempenho do sistema educacional.

As variáveis binárias serão codificadas com a forma $X1=1$ se o respondente reside em área urbana metropolitana e $X1=0$ em caso contrário; e $X2=1$ se o respondente reside em área urbana não-metropolitana e $X2=0$ em caso contrário.

X3 a X5 – Região

Estas tentam capturar as diferenças regionais no desempenho do sistema educacional.

As variáveis binárias serão codificadas com a forma $X3=1$ se o respondente reside na Região Sudeste e $X3=0$ em caso de residir nas demais regiões; $X4=1$ se o respondente reside na Região Sul e $X4=0$ em caso de residir nas demais regiões; e $X5=1$ se o respondente reside nas Regiões Norte ou Centro-Oeste e $X5=0$ em caso contrário.

CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS

X6 - Gênero

Esta tenta capturar as diferenças por gênero no desempenho do sistema educacional. Como as mulheres atualmente possuem desempenho escolar superior aos homens, as variáveis serão codificadas com a forma $X6=1$ se o respondente for do sexo feminino e $X6=0$ em caso contrário.

X7 - Cor

Esta tenta capturar as diferenças por raça no desempenho do sistema educacional. Como em Valle Silva e Hasenbalg (1992) podemos codificar a cor do respondente mediante a dicotomia branco/não branco. Dessa forma as variáveis serão codificadas com a forma $X7=1$ se o respondente se autoclassificar como branco e $X7=0$ em caso contrário.

X8 e X9 - Idade

Estas tentam capturar as taxas de fluxo nos diversos patamares do sistema educacional. As variáveis serão codificadas em termos de anos completos da idade do respondente ($X8$) e esta elevada ao quadrado ($X9$).

CAPITAL CULTURAL

X10 – Educação do chefe

Estas tentam capturar as taxas de fluxo nos diversos patamares do sistema educacional. As variáveis serão codificadas em termos de anos de escolaridade completa do chefe de família.

CAPITAL ECONÔMICO

X11 – Renda

Segundo Valle Silva (2003) esta variável foi escolhida como indicador do “clima educacional”. Esta será medida em termos de anos de escolaridade completa do chefe de família.

Capital Social

Sabe-se que o conceito de família na sociedade brasileira vem se modificando ao longo dos anos. Na Constituição Federal de 1988 ocorre a ampliação do conceito de família, afim de que possam ser reconhecidas, juntamente com a oriunda do casamento, as entidades familiares decorrentes, tanto da união estável entre homem e mulher, quanto da advinda da comunidade entre qualquer dos pais e seus descendentes.

O artigo da Constituição Federal, 226, § 4º que dispõe “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”, passa não só a reconhecer a existência das famílias mono parentais, como também lhes confere a especial proteção do Estado.

Segundo Valle Silva (2003) duas variáveis podem ser consideradas *proxies* do capital social, pois refletem os aspectos da estrutura familiar. São elas:

X12 – Chefia Feminina

Segundo pesquisa “Retrato das Desigualdades de gênero e raça”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o IBGE em 2008 é cada vez maior o número de famílias chefiadas pelo sexo feminino.

De acordo com o estudo, o número de famílias formadas por casais com filhos e chefiadas por mulheres cresceu mais de dez vezes nos últimos 15 anos. O número passou de 301 mil (22,3%), em 1993, para 3,6 milhões (33%), em 2007.

Em razão ao crescimento dessa característica, a variável binária será codificada com a forma X12=1 se a chefe da família for feminina e X12=0 em caso contrário.

X12 – Número de filhos

Na PNAD indica-se como filho a pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da família e, portanto, esta variável indica o tamanho real da família.

REFERÊNCIAS

BECKER, G.S. Investment in Human Capital: a Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy**. 70(5), 1962.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios – PNAD**, 2008.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo da Educação Básica**. INEP, 2008.

_____. **Censo da Educação Superior**. INEP, 2007.

FERNANDES, Danielle C. **Estratificação Educacional Origem Socioeconômica e Raça no Brasil: as Barreiras da Cor**. (Concurso de Monografia – Prêmio Ipea 40 anos – Ipea-Caixa, 2004 – Tema “A Superação das Desigualdades Sociais no Brasil”).

HASENBALG, C. & VALLE SILVA, N. **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro, Rio Fundo. 1992.

MARE, R. Social Background and the School Continuation Decision. **Journal of the American Statistical Association**. 75:295-305. 1980.

_____. Changes and Stability in Educational Stratification. **American Sociological Review**. 46:72-87. 1981.

MENEZES FILHO, N. A. Qualidade da Educação. In: SICSÚ, João; PINHEIRO, Armando Castelar. (Org.). **Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento**. Brasília: Ipea, p. 201-210, 2009.

_____. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967

VALLE SILVA, N. Expansão Escolar e Estratificação Educacional no Brasil. In: Carlos Hasenbalg; Nelson do Valle Silva. (Org.). **Origens e Destinos- Desigualdades Sociais ao Longo da Vida**. 1 ed., v. 1, p. 105-146.. Rio de Janeiro: TopBooks, 2003.